

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.707 - RS (2018/0264716-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORE** : **KAREN KRISTINE MARCANTE GUERRA KLEIN - RS034436**  
**S**

**CRISTIANO XAVIER BAYNE E OUTRO(S) - RS046302**  
**ALESSANDRA ROSSETTI RUOSO - RS039759**  
**ALESSANDRA FLORES WAGNER - RS046259**  
**DANIELA FERNANDA COSTA - RS034422**  
**CLAUDIA RUZICKI KREMER - RS051095**  
**JULIANA RIEGEL BERTOLUCCI - RS069436**

**EMBARGADO** : **AMAURI AFONSO KELLER**  
**EMBARGADO** : **JOAO MANOEL CARVALHO DO AMARAL**  
**EMBARGADO** : **EDUARDO BOCHI DE SALES**  
**EMBARGADO** : **LILIAN FERMINO CARVALHO DO AMARAL**  
**EMBARGADO** : **NELI TERESINHA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO** : **NELI TERESINHA DOS SANTOS (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**RS065187**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Estado do Rio Grande do Sul em face de decisão de minha relatoria sintetizada nestes termos (e-STJ fl. 453):

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA Nº 1.336.026/PE. DESNECESSIDADE DE AGUARDAR O TRÂNSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

Nas razões dos declaratórios, o recorrente sustenta omissão quanto à ocorrência da prescrição executória, tendo em vista que, no caso dos autos, não se aguarda o fornecimento de documentos ou fichas financeiras, pois a execução já foi proposta.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Nos termos da Lei, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II) suprir omissão de

ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III) corrigir erro material (art. 1.022 do CPC/2015).

Obscura é a decisão quando imprecisa, de difícil ou impossível compreensão. Contraditória, quando contém, em si, afirmações ou fundamentos que estão em oposição ou que levam a resultados distintos ou inversos. E omissa, quando faltar pronunciamento sobre ponto ou questão, isso é, ainda que não tenham controvertido as partes (questão), mas apenas uma delas tenha suscitado o fundamento (ponto), ou a respeito do qual deva o órgão jurisdicional pronunciar-se de ofício, ou em razão de requerimento da parte (cf. MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Direito Processual Civil Moderno [livro eletrônico]. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018).

Ou seja, os embargos de declaração têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições, ou para a correção de erro material. Não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado, mas sim integrativo ou aclaratório. O objetivo dos embargos não pode ser a infringência, a qual, por ventura, ocorreria como consequência da supressão de omissão, ou da resolução de obscuridade ou de contradição (cf. NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado [livro eletrônico]. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018).

Observo, *in casu*, não haver hipótese de embargos de declaração, visto que a parte busca, meramente, a rediscussão da decisão. A decisão ora impugnada salientou que a Primeira Seção entende pela desnecessidade de liquidação para a definição do valor da condenação que depende de simples cálculos aritméticos.

Mas também salientou que a exceção a regra decorre dos efeitos da modulação do julgamento proferido no REsp n. 1.336.026/PE. Com efeito, o prazo prescricional da execução começou no dia 30 de junho de 2017 somente nos casos em que: I) o título transitou em julgado antes de 17 de março de 2016; II) o cumprimento de sentença não foi iniciado pela mora administrativa em fornecer documentos necessários ao credor, tais como as fichas financeiras.

Ou seja, escapam à modulação dos efeitos do REsp n. 1.336.026/PE as hipóteses em que o credor ficou completamente inerte por mais de cinco anos do trânsito em julgado do título executivo sem, ao menos, buscar o fornecimento de documentos necessários para a definição do valor que lhe era devido. Nesse sentido, os recentes julgados da Primeira Seção:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXAME DA CONTROVÉRSIA, APESAR DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. CABIMENTO. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. AGUARDOS DE DOCUMENTOS EM PODER DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DECISÃO EXEQUENDA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DE 17/3/2016. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. É embargável o acórdão que, em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo Tribunal, quando ambos tenham examinado a controvérsia, ainda que um deles não tenha conhecido do recurso. Inteligência do art. 1.043, III, do CPC/2015.

2. Na hipótese dos autos, pretende o ente público o reconhecimento da prescrição na ação executiva, porquanto superado o lapso de cinco anos

contados do trânsito em julgado na ação de conhecimento. O acórdão embargado negou provimento ao recurso especial estabelecendo que: a) o prazo prescricional inicia-se no momento em que finda a liquidação; b) a apuração de quando o título executivo se tornou líquido esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

3. A Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, analisado sob a sistemática dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, registrou que, com a vigência da Lei n. 10.444/2002, a qual incluiu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, o acertamento do valor da condenação carente de simples cálculos aritméticos perdeu a natureza de liquidação. Ademais, com a possibilidade de reputar-se correta a conta do credor na hipótese de não entrega pelo devedor dos dados em seu poder, não mais existe justificativa para o retardamento da ação executiva.

4. No exame de embargos declaratórios opostos contra esse julgado, aquele órgão julgador, a par de correções e esclarecimentos, promoveu a modulação dos efeitos da decisão, com base no art. 927, § 3º, do CPC/2015, consignando que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de cinco anos para a propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017 (data da publicação do acórdão do recurso representativo de controvérsia).

5. No caso, o trânsito em julgado da decisão exequenda operou-se em 3/9/2009, no que resulta a não ocorrência da prescrição.

6. Embargos de divergência a que se nega provimento.

(EDv nos EAREsp 816.427/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 11/03/2019)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXAME DA CONTROVÉRSIA, APESAR DO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELO ACÓRDÃO EMBARGADO. CABIMENTO. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. AGUARDOS DE DOCUMENTOS EM PODER DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DECISÃO EXEQUENDA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DE 17/3/2016. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS SEM EFEITOS MODIFICATIVOS DO JULGADO.**

1. A Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, analisado sob a sistemática dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, registrou que, com a vigência da Lei n. 10.444/2002, a qual incluiu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, o acertamento do valor da condenação carente de simples cálculos aritméticos perdeu a natureza de liquidação. Ademais, com a possibilidade de reputar-se correta a conta do credor na hipótese de não entrega pelo devedor dos dados em seu poder, não mais existe justificativa para o retardamento da ação executiva.

2. No exame de embargos declaratórios opostos contra esse julgado, aquele órgão julgador, a par de correções e esclarecimentos, promoveu a modulação dos efeitos da decisão, com base no art. 927, § 3º, do CPC/2015,

consignando que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de cinco anos para a propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017 (data da publicação do acórdão do recurso representativo de controvérsia).

3. Hipótese em que o trânsito em julgado da decisão exequenda operou-se em 21/8/2000 e a propositura da demanda executiva ocorreu em 9/8/2008. Desse modo, o prazo prescricional se implementaria em 8/8/2007. Todavia, deve ser observado que os efeitos do acórdão representativo de controvérsia ficaram modulados a partir de 30/6/2017, no que resulta a não ocorrência da prescrição.

4. Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos do julgado. (EDcl no AgInt nos EDv nos EAREsp 628.141/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 11/03/2019)

No caso dos autos, o Tribunal de origem declarou que, antes do cumprimento de sentença, o Estado demorou atender o pedido de fornecimento de documentação necessária para apuração das diferenças remuneratórias. Confira-se (e-STJ fls. 145/146):

O credor de fato fez postulações a respeito do fornecimento de documentação necessária para apuração das diferenças remuneratórias e realização dos cálculos de execução por diversas vezes desde agosto de 2004, as quais, entretanto, não caracterizam quaisquer das hipóteses de suspensão ou interrupção da prescrição, sendo possível concluir o transcurso de mais de cinco anos entre o trânsito em julgado da decisão e o efetivo ajuizamento da execução.

Assim, mesmo com a demora no atendimento da determinação de prestação de informações pelo Estado, não se pode descuidar que a ação de fato transitou em julgado em 23/04/2004, consoante se depreende da certidão da fl. 31 do Apenso I, ao passo que a execução de sentença, na forma do art. 730 do CPC, foi postulada somente em 24/10/2011 (fl. 02 - Apenso I).

Nessa senda, ausente causa de suspensão ou interrupção da prescrição, imperativo o reconhecimento da prescrição da pretensão executiva.

Conforme larga jurisprudência, os embargos de declaração não servem para que se adeque a decisão ao entendimento da parte embargante, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, para rediscussão de matéria já resolvida (cf. EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no RMS 52.333/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 29/06/2018; EDcl no MS 20.816/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe 17/04/2018; EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, DJe 23/03/2018).

Em razão do exposto, ausentes quaisquer das hipóteses legais, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

*Superior Tribunal de Justiça*

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

